



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**DESPACHO - PRE/COMISS60**

Designando para autuar como pregoeiro na licitação de número 45/2020, recebi em 31/07/2020 um email com pedidos de esclarecimentos apresentado pela empresa SERES GRUPO (documento 1197605).

Dentre os questionamento apresentados, consta o seguinte:

*“4. A estimativa foi baseada na Convenção de 2019 e há salário menor que o mínimo nacional. Sendo assim, entendemos que deverá ser considerada a Convenção atualizada de 2020. Está correto nosso entendimento?”*

Solicitamos, então, auxílio do setor Seção de Análise e Aquisições, responsável pela elaboração da estimativa de preços, que apresentou a seguinte resposta (documento 1197605):

*“Prezado Pregoeiro,*

*Em resposta à questão 2, informo que a SEAQUI considerou a composição de custos conforme documento 0041087 nos autos, cujo trecho reproduzimos abaixo:*

*No submódulo 2.3, consideramos custos com vale transporte, à razão de duas conduções ao dia, e mais assistência médica, assistência odontológica e seguro de vida, nos valores estipulados pela CCT SEAC/BA x SINDILIMP. Consideramos 26 dias por mês com concessão de vale transporte, e 22 dias com vale alimentação (tendo em conta que o labor por 4 horas aos sábados não gera direito ao benefício, consoante a norma coletiva pesquisada).”*

*Quanto ao que **deve** ser previsto, entendemos que a empresa deverá seguir as normas legais e convencionais para o benefício, não estando necessariamente vinculadas aos cálculos da Administração.*

*Já no que diz respeito à questão 4, informo que a SEAQUI se valeu, para elaboração da estimativa, da CCT SEAC/BA x SINDILIMP, juntada nos autos sob o número 0041076, registrada no MTE sob o número BA000720/2019, em 18/12/2019. A Lei do Salário Mínimo foi sancionada em junho de 2020. Sugerimos que os autos sejam submetidos ao crivo da Administração, para análise quanto a este aspecto, caso de fato o piso salarial adotado esteja em patamar inferior ao Salário Mínimo.”*

Em consulta à página eletrônica do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado da Bahia (SEAC), <http://www.seac-ba.com.br/index.php/o-seac-ba/produtos/norma-coletiva/lista-de-documentos/category/375-bahia>, verificamos que até presente data não foi publicada a Convenção Coletiva 2020 daquela entidade, estando em vigor, portanto, CCT SINDILIMP 2019-2020, da qual foram extraídos os valores para a composição da estimativa do presente certame.

Na planilha de custos e formação de preços o salário referência para o cargo de Auxiliar Administrativo e Operacional é R\$ 1.040,82.

Entretanto, em 10 de junho de 2020 foi promulgada a lei federal 14013, estabelecendo que a partir de 1º de fevereiro de 2020, o salário-mínimo passaria a ser de R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais), valor esse superior ao que serviu de base para a elaboração da contratação do cargo acima mencionado.

Diante do exposto, entendemos que a questão ora suscitada tem o condão de gerar alteração no Edital, motivo pelo qual a recebemos como uma impugnação ao edital.

À ASSESD para apreciação nos termos do item 18.5. do Pregão 45/2020.

Raul Almeida da Paz

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Raul Almeida da Paz, Membro da Comissão**, em 03/08/2020, às 17:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1197920** e o código CRC **41AA891F**.